

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE			
Disponibilidades	5	1.396	1.309
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	2.761	4.106
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.761	4.106
Títulos e valores mobiliários e inst. fin. derivativos	7	68.664	110.186
Carteira própria		68.664	94.176
Vinculados à prestação de garantias		-	16.010
Operações de crédito	8	53.037	29.508
Setor privado		53.667	30.246
Provisão p/ operações de crédito de liquidação duvidosa		(630)	(738)
Outros créditos		1.839	1.993
Diversos		1.839	1.993
Outros valores e bens		163	121
Outros valores e bens		27	25
Despesas antecipadas		136	96
Total do ativo circulante		127.860	147.223
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários e inst. fin. derivativos	7	53.234	29.166
Carteira própria		15.206	21.087
Vinculados à prestação de garantias		38.028	8.079
Operações de crédito	8	7.993	3.251
Setor privado		8.112	3.366
Provisão p/ operações de crédito de liquidação duvidosa		(119)	(115)
Outros créditos		11	11
Diversos		11	11
		61.238	32.428
PERMANENTE			
Imobilizado	9	4.677	4.929
Imóveis de uso		1.076	1.076
Móveis e equipamentos de uso		3.199	3.141
Edificações		2.274	2.274
(Depreciação acumulada)		(1.872)	(1.562)
Intangível	10	48	86
Ativos intangíveis		364	364
(Amortização acumulada)		(316)	(278)
		4.725	5.015
Total do ativo não circulante		65.963	37.443
TOTAL DO ATIVO		193.823	184.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Notas	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE			
Depósitos	11	149.195	141.047
Depósitos à vista		22.811	26.039
Depósitos a prazo		108.838	104.183
Depósitos interfinanceiros		17.546	10.825
Relações interfinanceiras		52	5
Obrigações junto partic. sistema liquidação		52	5
Relações interdependenciais		438	327
Recursos em trânsito de terceiros		438	327
Outras Obrigações		3.944	4.275
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		64	82
Sociais e estatutárias	12	846	922
Fiscais e previdenciárias	13	247	215
Diversas	14	2.787	3.056
Total do passivo circulante		<u>153.629</u>	<u>145.654</u>
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Outras Obrigações		506	1.676
Sociais e estatutárias	12	261	426
Diversas	14	245	1.250
Total do passivo não circulante		<u>506</u>	<u>1.676</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		21.052	20.358
Reserva legal		10.946	10.534
Reserva de margem e limite operacional		6.558	5.426
Sobras acumuladas		1.132	1.018
Total do patrimônio líquido		<u>39.688</u>	<u>37.336</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>193.823</u>	<u>184.666</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**(Valores expressos em milhares de reais)**

Código: 44.1.7.050-1	SEMESTRE 30.06.2019	SEMESTRE 30.06.2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.352	8.657
Operações de crédito	4.581	4.225
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.771	4.432
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.503)	(4.510)
Operações de captação no mercado	(3.299)	(2.767)
Operações de empréstimos e repasses	(746)	(963)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(458)	(780)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.849	4.147
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(3.717)	(3.129)
Receitas de prestação de serviços	1.408	627
Despesas de pessoal	(3.749)	(3.620)
Outras despesas administrativas	(2.432)	(4.066)
Despesas tributárias	(14)	(28)
Outras receitas operacionais	1.201	4.067
Outras despesas operacionais	(131)	(109)
RESULTADO OPERACIONAL	1.132	1.018
SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE	1.132	1.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROLÂNDIA - PR, 30 DE JUNHO DE 2019

JOSÉ CARLOS BIZETTO
Presidente do Conselho de Administração

FRANCISCO AUGUSTO SELLA
Secretário do Conselho de Administração

IVAN MARCOS WENTZ
Diretor Executivo Presidente

EMERSON CLAUDEMIR DA CRUZ
Diretor Executivo Administrativo

LÚCIA COLOMBARI MENDONÇA
Contadora
CRC - PR - 036921/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva legal	Res. margem e limite operac.	Sobras a disp. da AGO	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	19.829	10.534	5.426	408	36.197
Aumento de capital - novos associados	375	-	-	-	375
Capitalização- sobras do exercício de 2017	408	-	-	(408)	-
Transferência de associados desligados	(254)	-	-	-	(254)
Resultado do 1º Semestre 2018	-	-	-	1.018	1.018
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	20.358	10.534	5.426	1.018	37.336
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	20.390	10.946	6.558	411	38.305
Aumento de capital - novos associados	551	-	-	-	551
Capitalização- sobras do exercício de 2018	411	-	-	(411)	-
Transferência de associados desligados	(300)	-	-	-	(300)
Resultado do 1º Semestre 2019	-	-	-	1.132	1.132
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	21.052	10.946	6.558	1.132	39.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	SEMESTRE 30.06.2019	SEMESTRE 30.06.2018
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras líquidas do semestre	1.132	1.018
Ajustes para conciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:		
. Depreciações e amortizações	166	237
	1.298	1.255
Aumento (redução) nos ativos:		
Operações de crédito	(11.064)	11.483
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.761)	(4.106)
Títulos e valores mobiliários Inst. Fin. Derivativos	(5.833)	(5.480)
Outros créditos	16	(557)
Outros valores e bens	(16)	(19)
	(19.658)	1.321
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	(28.001)	19.104
Relações interfinanceiras	52	(31)
Relações interdependenciais	423	326
Obrigações sociais e estatutárias	(166)	(286)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(32)	(69)
Diversas	(5.244)	(2.113)
	(32.968)	16.931
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES (APLICADOS) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(51.328)	19.507
FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(143)	(405)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(143)	(405)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Capital social	251	121
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	251	121
Redução (aumento) no caixa e equivalentes	(51.220)	19.223
Disponibilidades no início do exercício	118.928	77.719
Disponibilidades no final do exercício	67.708	96.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CrediAliança é uma cooperativa de crédito que visa proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade rural, bem como sua circulação e industrialização. A cooperativa foi constituída em 20 de agosto de 1983.

Para consecução de seus objetivos sociais, a Cooperativa poderá realizar junto aos seus associados financiamentos para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CrediAliança Cooperativa de Crédito Rural foram elaboradas em acordo com a Lei 5.764/71, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei número 6.404/76 e, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração das sobras ou perdas, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Cooperativa de crédito para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a. **Operações de crédito** - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas.
- b. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 do BACEN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise dos riscos específicos apresentados por operação/ associado e os atrasos em operações. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para atribuição dos níveis de classificação das operações da seguinte forma:

Nível	Nível de Atraso	Percentual de Provisão
AA	-	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Estão registrados com base no custo médio de aquisição e/ou produção, o qual não excede ao valor de mercado ou de realização.

3.5 Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 09.

3.6 Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa número 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis.

3.7 Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o lucro, aplicável às instituições financeiras, não foi provisionado com base na Lei 8.541 de 1992, por não haver operações com não associados.

3.8 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº. 3.823/09 do BACEN, e no Pronunciamento Técnico CPC 25, combinados com a Deliberação CVM nº 594/09, da seguinte forma:

- a. **Ativos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos; caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- b. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	1.396	1.309
Títulos e valores mobiliários	66.312	95.633
	<u>67.708</u>	<u>96.942</u>

5. DISPONIBILIDADES

	30.06.2019	30.06.2018
Caixa	1.380	1.250
Bancos conta movimento	16	59
	<u>1.396</u>	<u>1.309</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
CDI - certificado de depósito interbancário	2.761	4.106
	<u>2.761</u>	<u>4.106</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INST. FIN. DERIVATIVOS

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Letras financeiras do tesouro - livre	15.106	51.925
Letras financeiras do tesouro - em garantia	38.028	24.090
Cotas de fundos de renda fixa	68.764	63.337
	<u>121.898</u>	<u>139.352</u>
(-) Ativo não circulante	(53.234)	(29.166)
Ativo circulante	<u>68.664</u>	<u>110.186</u>

Os títulos e valores mobiliários vencíveis até 90 dias, para fins de equivalentes de caixa, conforme nota de nº 4 é de R\$ 66.311.541,05 (R\$ 95.633.029,56 em 30/06/2018).

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Adiantamentos a depositantes	3	1
Empréstimos	25.706	12.696
Financiamentos	2.060	1.510
Financiamentos rurais de aplicações livres	34.010	19.405
	<u>61.779</u>	<u>33.612</u>
(-) Provisão para operações de crédito	(749)	(853)
	<u>61.030</u>	<u>32.759</u>
(-) Ativo não circulante	(7.993)	(3.251)
Ativo circulante	<u>53.037</u>	<u>29.508</u>

Durante o 1º semestre de 2019 houve um incremento de R\$ 457.899,49 na conta de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, os critérios para constituição desta provisão estão descritos na nota explicativa nº 3, item 3.4 e, recuperado de créditos baixados como prejuízo, o valor de R\$ 132,48.

b) Abertura das operações de crédito por níveis de risco:

	30.06.2019			30.06.2018
	Circulante	Não	Total	Total
<u>ADIANTAMENTO A DEPOSITANTES</u>				
Nível A	1	-	1	1
Nível C	2	-	2	-
<u>EMPRÉSTIMOS</u>				
Nível AA	174	-	174	-
Nível A	4.325	822	5.147	1.651
Nível B	12.617	5.089	17.706	8.440
Nível C	1.375	726	2.101	1.199
Nível D	130	308	438	708
Nível E	2	-	2	257
Nível F	73	-	73	137
Nível G	40	-	40	70
Nível H	25	-	25	234
<u>FINANCIAMENTOS</u>				
Nível A	99	65	164	318
Nível B	930	932	1.862	1.063
Nível C	24	10	34	129
<u>FINANCIAMENTOS RURAIS</u>				
Nível A	7.367	-	7.367	5.272
Nível B	25.475	160	25.635	12.986
Nível C	930	-	930	901
Nível D	78	-	78	246
	53.667	8.112	61.779	33.612

09. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	líquido	
				30.06.2019	30.06.2018
Terrenos	0%	1.076	-	1.076	1.076
Edificações	4%	2.274	(49)	2.225	2.248
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.504	(572)	932	921
Sistemas de comunicação	10%	56	(31)	25	30
Sistemas de processamento de dados	20%	1.316	(1.062)	254	372
Sistemas de segurança	10%	166	(61)	105	122
Sistemas de transporte	20%	157	(97)	60	160
		6.549	(1.872)	4.677	4.929

Edificações no valor de R\$ 2.274 possui um valor residual de 75% (R\$ 1.706) conforme laudo técnico de avaliação de valor residual da empresa STRUTURA Arquitetura e engenharia LTDA, sendo depreciável somente o valor de R\$ 568.

10. INTANGÍVEL

				líquido	
	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	30.06.2019	30.06.2018
Marcas e patentes	-	14	-	14	14
Licença para uso de software	20%	350	(316)	34	72
		364	(316)	48	86

11. DEPÓSITOS

	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos à vista	22.811	26.039
Depósitos à prazo	108.838	104.183
Depósitos interfinanceiros	17.546	10.825
	149.195	141.047

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de depósitos interbancários.

Os depósitos à vista são classificados como segue:

	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos à vista - pessoa física	20.959	24.704
Depósitos à vista - pessoa jurídica	1.813	1.304
Contas encerradas	39	31
	22.811	26.039

As aplicações dos associados na Cooperativa, os depósitos a prazo, são classificados conforme o tempo mínimo de duração.

	30.06.2019	30.06.2018
RDR 30 dias	53.485	55.307
RDR 60 dias	10.698	6.889
RDR 90 dias	13.263	11.335
RDR 120 dias	4.733	4.279
RDR 150 dias	4.649	4.487
RDR 180 dias	15.622	19.423
RDR 360 dias	5.338	1.963
RDR 720 dias	557	327
RDR 1080 dias	493	173
	108.838	104.183

Depósitos interfinanceiros	30.06.2019	30.06.2018
Itaú Unibanco S/A	12.467	6.444
Banco Safra S/A	5.079	4.381
	<u>17.546</u>	<u>10.825</u>

Os depósitos interfinanceiros têm como objetivo a captação para atender os associados nos custeios agrícolas e são garantidos por cotas de fundos de investimentos e letras financeiras do tesouro.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	30.06.2019	30.06.2018
FATES	259	571
Sobras líquidas a distribuir	10	13
Cotas de capital a pagar	838	764
	<u>1.107</u>	<u>1.348</u>
(-) Passivo não circulante	(261)	(426)
Passivo circulante	<u>846</u>	<u>922</u>

O FATES é destinado às atividades educacionais, sociais e prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício, conforme a Lei 5.764/71 e Estatuto da Cooperativa. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação da Circular n° 1.273 de 29/12/1987 do Banco Central do Brasil.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30.06.2019	30.06.2018
Impostos e contrib. sobre serviços terceiros	20	19
Impostos e contrib. sobre salários	172	171
IRRF de associados	49	19
Contribuição Social sobre o lucro	6	6
	<u>247</u>	<u>215</u>

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Composição das outras obrigações:

	30.06.2019	30.06.2018
Despesas de pessoal	602	686
Fornecedores	66	84
Cheques administrativos	171	150
Repasse BRDE	11	-
Depósito a realizar	1.684	1.794
Pendências a regularizar	-	1
Provisão para contingências fiscais	11	11
Provisão para garantias financeiras	334	378
Provisão contribuição ao FGCOOP	16	16
Bloqueio judicial	62	70
Provisão pontos adquiridos - COOPCERTO	-	100
Provisão para contingências trabalhistas	75	178
Outras contingências	-	838
	<u>3.032</u>	<u>4.306</u>
(-) Passivo não circulante	<u>(245)</u>	<u>(1.250)</u>
Passivo circulante	<u>2.787</u>	<u>3.056</u>

b) Abertura da Provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, conforme a Resolução nº 4.512/16 do BACEN.

	30.06.2019		30.06.2018
	Valores Garantidos	Provisão	Provisão
Operações com o BRDE			
Nível A	3.984	20	22
Nível B	16.751	167	180
Nível C	901	27	42
Nível D	18	2	3
Nível E	-	-	16
Nível H	-	-	19
	<u>21.654</u>	<u>216</u>	<u>282</u>
Operações com cartão de crédito - BANCOOB			
Nível A	8.071	40	36
Nível B	6.374	64	47
Nível C	383	12	10
Nível D	22	2	2
Nível E	-	-	1
	<u>14.850</u>	<u>118</u>	<u>96</u>
Total	<u>36.504</u>	<u>334</u>	<u>378</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Cooperativa é composto por cotas, no montante de R\$ 21.052 distribuídas entre 3.566 associados (R\$ 20.358 e 3.686 associados em 30/06/2018).

b) Reserva Legal

A reserva legal no montante de R\$ 10.946 (R\$ 10.534 em 30/06/2018), destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades, conforme determina a Lei 5.764/71 e o Estatuto Social da cooperativa.

c) Reserva estatutária de margem e limite operacional

A reserva estatutária de margem e limite operacional no montante de R\$ 6.558 (R\$ 5.426 em 30/06/2018), destina-se a reforçar o Patrimônio de Referência a fim de que seja compatível com o desenvolvimento das operações da Cooperativa.

d) Sobras ou perdas acumuladas

O resultado apurado no 1º semestre no valor de R\$ 1.132 será mantido em sobras acumuladas conforme a circular 3.314/06 do BACEN, o saldo desta conta no final do exercício social será destinado conforme estabelece a Lei 5.764/71 e o estatuto social da cooperativa.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CrediAliança opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo e depósitos interfinanceiros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial estão identificados a seguir:

	<u>30.06.2019</u>
Disponibilidades	1.396
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.761
Títulos e valores mobiliários e inst. Financ. Derivativos	121.898
Operações de crédito	61.030
Depósitos	<u>(149.195)</u>
	<u>37.890</u>

17. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente próprio.

18. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Remuneração dos membros estatutários, conselho de Administração e Conselho Fiscal é definida pela Assembleia Geral Ordinária, já o da Diretoria Executiva é definida pelo Conselho de Administração. No primeiro semestre de 2019 a remuneração totalizou R\$ 532 (322 em 30/06/2018). Esses benefícios de curto prazo são compostos basicamente de pró-labore, cédulas de presença, contribuições para a seguridade social e encargos sociais. Não existe remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Operações Ativas e Passivas

As transações com os membros estatutários são na forma de depósitos, operações de créditos, capital social e outros serviços financeiros. As taxas e prazos oferecidos são condizentes com as usufruídas pelos demais associados da cooperativa.

	30.06.2019		30.06.2018	
	Saldo	% s/carteira	Saldo	% s/carteira
Operações de crédito	1.891	3,06%	541	1,61%
Provisão p/ operações de crédito	(19)	2,52%	5	0,63%
Coobrigações	1.318	3,61%	1.007	2,78%
Provisão p/ coobrigações	(9)	2,71%	9	2,47%
Depósitos	2.513	2,00%	1.095	0,84%
Capital Social	277	1,32%	220	1,08%

Outras Partes Relacionadas

São as transações com outras partes relacionadas de acordo com o inciso III, e da letra “d” do inciso V do artigo 2º da Resolução 4.693 de 29 de outubro de 2018.

	30.06.2019	
	Saldo	% s/carteira
Operações de crédito - Pessoa Física	2.961	4,79%
Operações de crédito - Pessoa Jurídica	10	0,02%
Coobrigações	1.463	4,01%

19. ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO DE RISCOS

Em atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional de n.º 4.557 de 23/02/2017, a de n.º 4.606 de 19/10/2017, que dispõem sobre a Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos, e a de n.º 4.553 de 30/01/2017 que dispõe sobre a segmentação de Instituições Financeiras e, considerando o seu enquadramento no segmento S5, a CrediAliança implementou a estrutura de acordo com o volume e complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

PERFIL DA COOPERATIVA

A CrediAliança é uma instituição que tem por objetivo principal a prestação de serviços e assistência financeira aos seus associados.

O Conselho de Administração é o responsável pelo gerenciamento dos riscos associados às atividades da Cooperativa, atribuindo responsabilidades, bem como adotando as medidas de prevenção ou minimização de riscos, inclusive em relação a riscos novos.

ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO DE RISCOS

A Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos é compatível com o modelo de negócios da CrediAliança, com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e serviços e proporcional à dimensão e relevância da exposição dos riscos, ou seja, adequada ao perfil de riscos da instituição. Atua por meio de normativas e metodologias condizentes com as atividades e os processos da instituição. A CrediAliança instituiu o Comitê de Gestão de Riscos e o Comitê de Gestão de Créditos, subordinados diretamente ao diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, tendo as suas atribuições estabelecidas nas políticas de gerenciamento de riscos e no regimento interno.

PRINCIPAIS RISCOS:

Risco Operacional: define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, inclusive quanto à terceirização de serviços e política de continuidade de negócios.

Risco Socioambiental: define-se risco socioambiental, como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental deve ser identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas as instituições, e suas diretrizes devem obedecer aos princípios de relevância e proporcionalidade.

Risco de Crédito: define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização ou redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumentos financeiros e a reestruturação de instrumentos financeiros, de custos de recuperação de exposições caracterizados como ativos problemáticos, bem como, se os provisionamentos sejam suficientes em face do risco de crédito incorrido pela instituição.

Demais Riscos: Os demais riscos desde que expostos de maneira relevante, serão controlados e mitigados, sendo estes os riscos: estratégico, de conformidade, de liquidez, de imagem e legal.

DA GOVERNANÇA

Principais competências:

Compete ao Diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos:

- I. Supervisionar e implementar o desempenho da estrutura de riscos e garantir o seu aperfeiçoamento;
- II. Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas e auxiliar o conselho de administração;
- III. Supervisionar os processos e controles relativos à apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares.

Compete ao Conselho de Administração para fins de gerenciamento de riscos:

- I. Aprovar e revisar, com frequência mínima de dois anos, as políticas e estratégias de gerenciamento de riscos e assegurar a sua observância;
- II. Assegurar a tempestiva correção das deficiências da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos;
- III. Autorizar, quando necessário, exceções às políticas e aos procedimentos estabelecidos;
- IV. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- V. Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- VI. Compreender de forma abrangente os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição.

A estrutura completa para gerenciamento simplificado de riscos da CrediAliança Cooperativa de Crédito Rural, encontra-se disponível para acesso de associados e órgãos fiscalizadores em sua Sede Administrativa sito na Avenida Presidente Bernardes, 1000 - Centro - Rolândia Paraná e a todos os funcionários da Cooperativa em Sistema Interno de Gestão de Riscos - SGR.